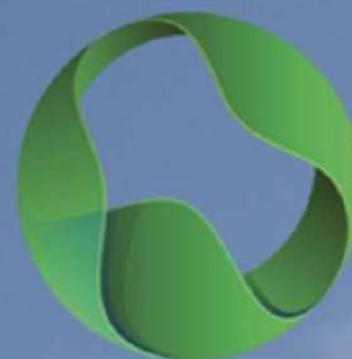


Ordem dos Economistas

RESULTADOS 1º BARÓMETRO 2021

Recuperação Económica e
Análise ao Plano de
Recuperação e Resiliência



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



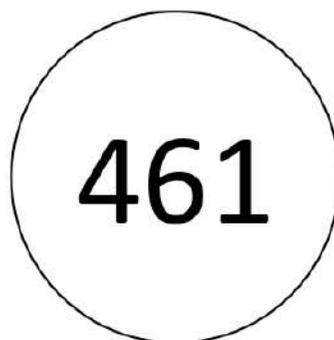
1º Barómetro Trimestral de 2021

ORDEM DOS ECONOMISTAS



Barómetro

A Ordem dos Economistas no seu primeiro barómetro trimestral de 2021 faz uma avaliação das perspetivas de Recuperação Económica e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



Participantes

Esta edição conta com a opinião e a participação de 461 membros da Ordem dos Economistas.



Questões

- Recuperação Económica
- Plano de Recuperação e Resiliência

Ordem dos Economistas

O início de 2021 fica marcado por um severo agravamento da situação pandémica em Portugal, que ditou a obrigatoriedade de um novo confinamento, diferindo assim o momento de inflexão para a tão desejada retoma económica.

Portugal prepara-se agora para iniciar o processo de desconfinamento com os números da pandemia temporariamente controlados, mas o processo de vacinação ainda será longo e a imunidade de grupo, que permitirá um regresso à normalidade, ainda é incerta.

2020 terminou ainda assim melhor do que as previsões iniciais, com uma contração recorde do PIB de 7,6% e um défice de 5,7% do PIB, que contribuíram para o aumento de 10 pontos percentuais no rácio de dívida pública, que alcançou os 133,6% (do PIB).



Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas

Relativamente à recuperação da economia, qual dos seguintes cenários considera mais provável?



Cenário 1 - Em 2021 a economia terá um crescimento acima dos 2%.

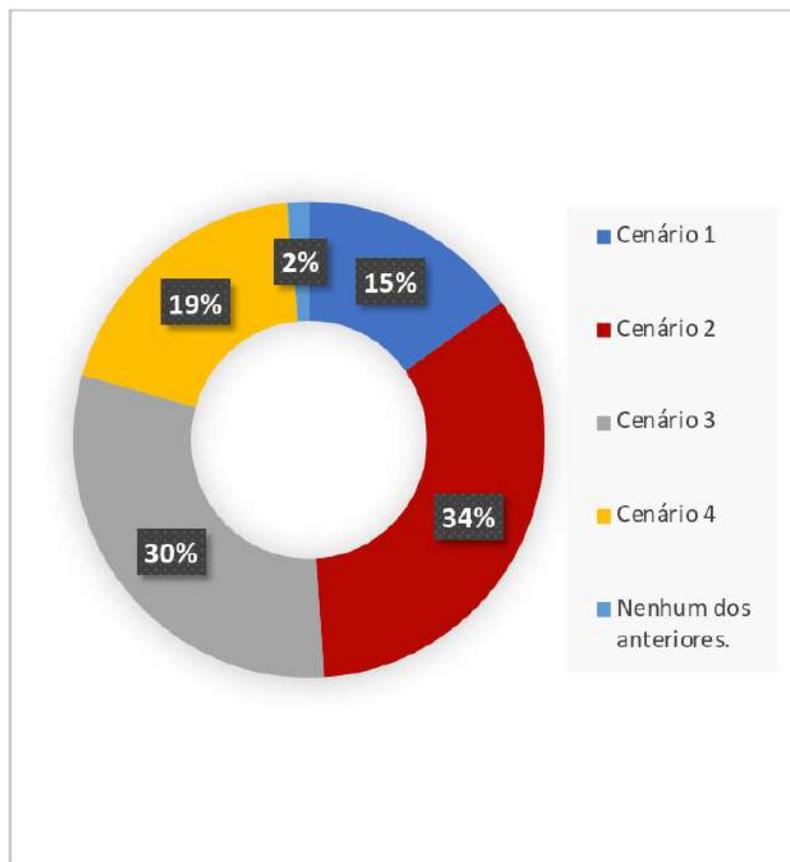
Cenário 2 - Em 2021 a economia retomará um crescimento moderado, mas positivo.

Cenário 3 - Apenas em 2022 a economia portuguesa terá crescimento positivo.

Cenário 4 - Atrasos severos nas vacinas, falta de eficácia, entre outros fatores comprometem o crescimento até pelo menos 2023.

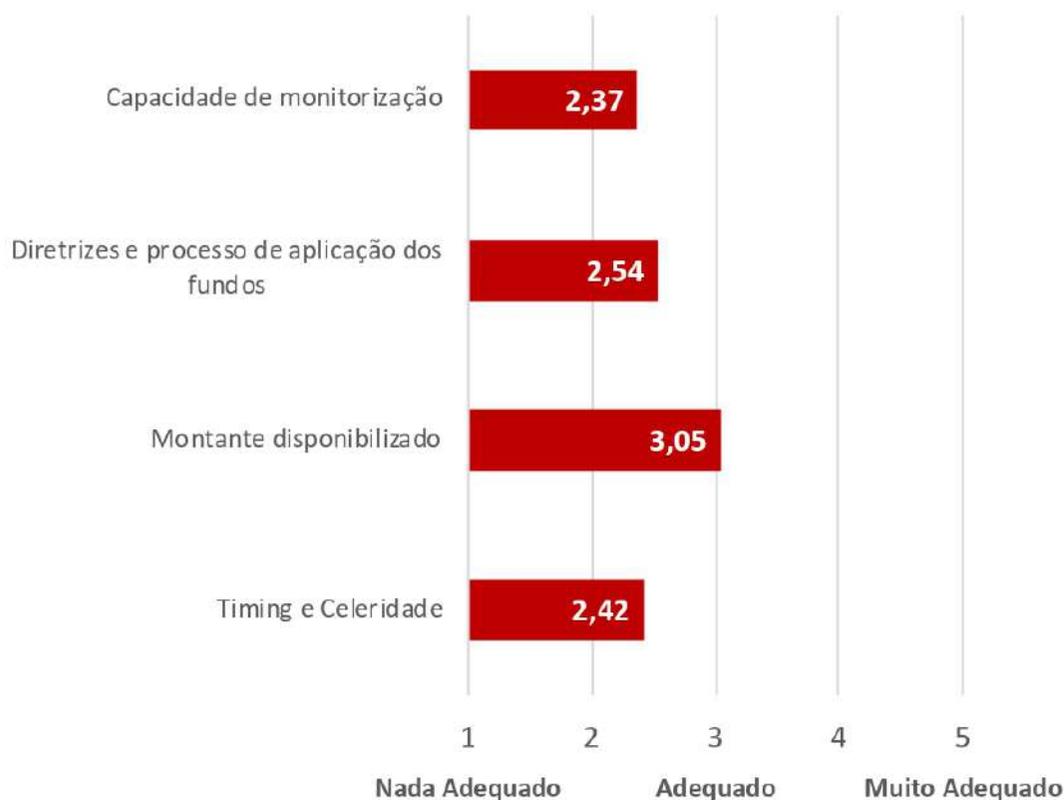
Nenhum dos anteriores.

Relativamente à recuperação da economia, 34% dos membros da Ordem dos Economistas antecipam um crescimento positivo, mas moderado já em 2021; 30% apenas esperam que esse crescimento ocorra em 2022; e 19% mais pessimistas admitem que eventuais atrasos na vacinação, entre outros fatores, possam comprometer o crescimento até pelo menos 2023. Por fim, 15% mostram-se mais otimistas, antecipando um crescimento superior a 2% já em 2021.



Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas

Como avalia a resposta europeia em termos de adequabilidade relativamente ao Timing e Celeridade, ao montante disponibilizado, às diretrizes e processo de aplicação dos fundos e quanto à capacidade de monitorização?



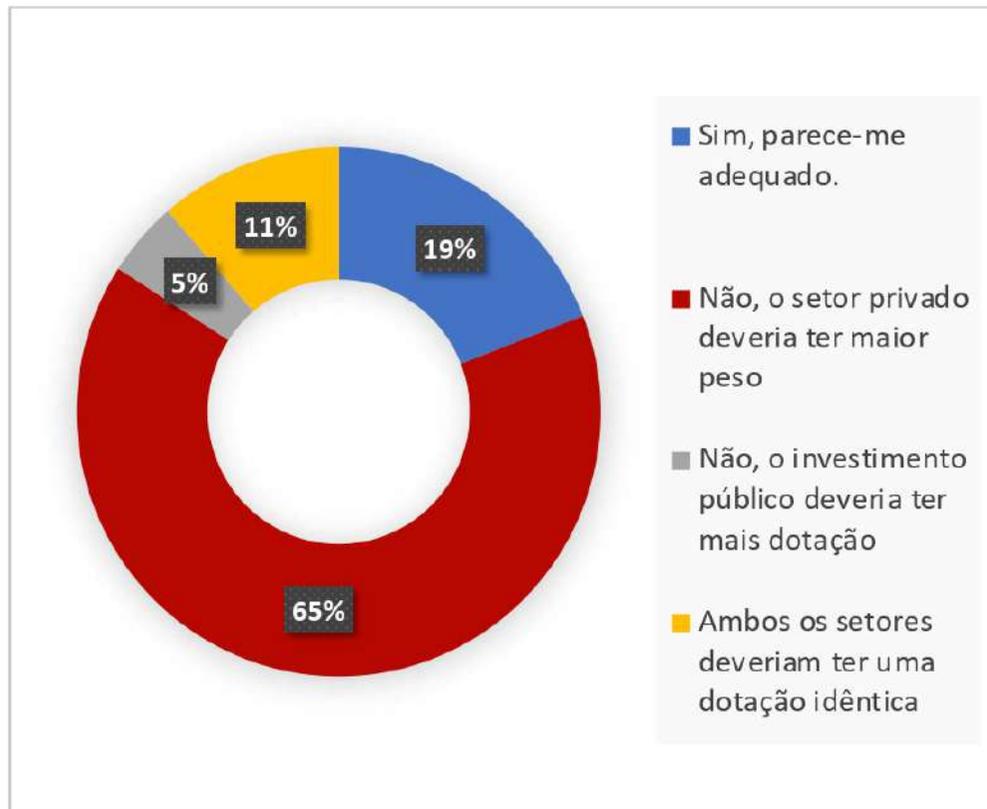
O primeiro trimestre centrou-se na discussão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que assente na Visão Estratégica 2020-2030 define a origem do financiamento vindo da União Europeia. Entre os vários programas, a Portugal deverão chegar cerca de 61 mil milhões de euros em subvenções ao longo da próxima década.

Em termos de adequabilidade da resposta europeia, os inquiridos consideram numa escala de 1 a 5 que o montante disponibilizado é adequado (3,05), que as diretrizes e o processo de aplicação dos fundos (2,54) é moderadamente adequado e dando pior avaliação à celeridade e ao timing da implementação (2,42) e à capacidade de monitorização dos fundos (2,37).

Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas



Concorda com a distribuição planeada dos fundos entre o setor público e privado?

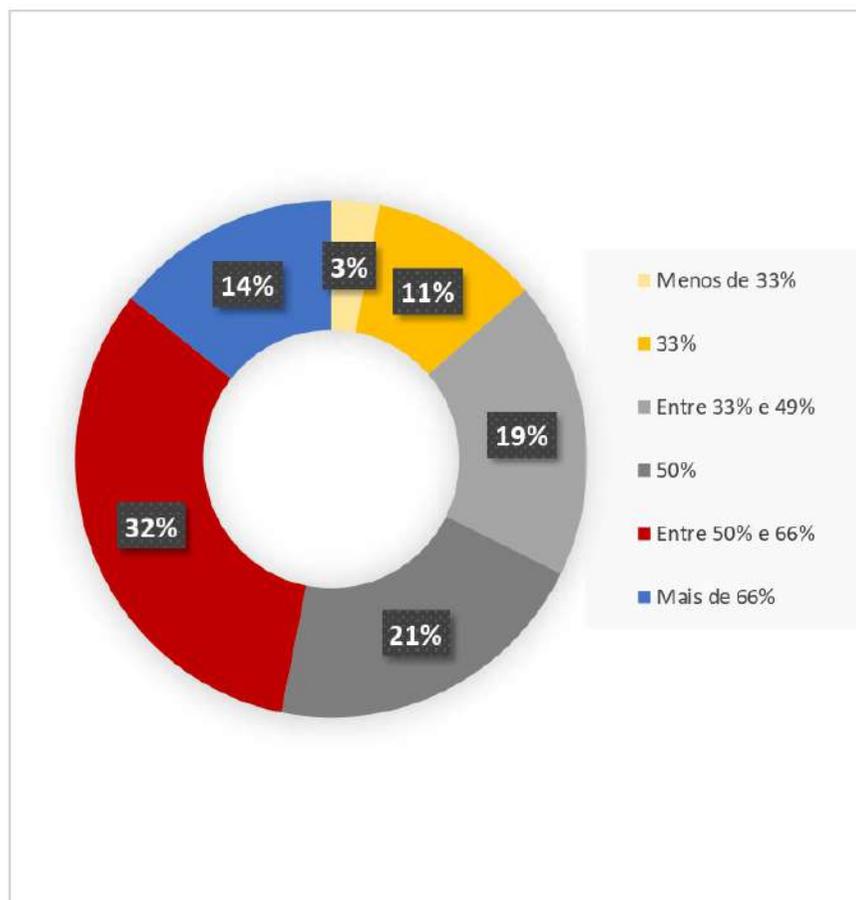


Segundo o Governo, dos 13,9 mil milhões de euros disponíveis em subvenções, 33% será destinado diretamente ao setor privado, embora uma parte do investimento público acabe inevitavelmente por chegar às empresas através da contratação de serviços, obras públicas ou equipamentos.

Relativamente à distribuição entre o setor público e privado, apenas 19% consideram-na adequada, com 5% a requerer um maior peso para o setor público, 11% a defender dotações idênticas e 65% a considerar que o setor privado deveria ter uma maior percentagem.

Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas

Que percentagem do PRR deveria ser destinada de forma direta ao setor privado / empresas?

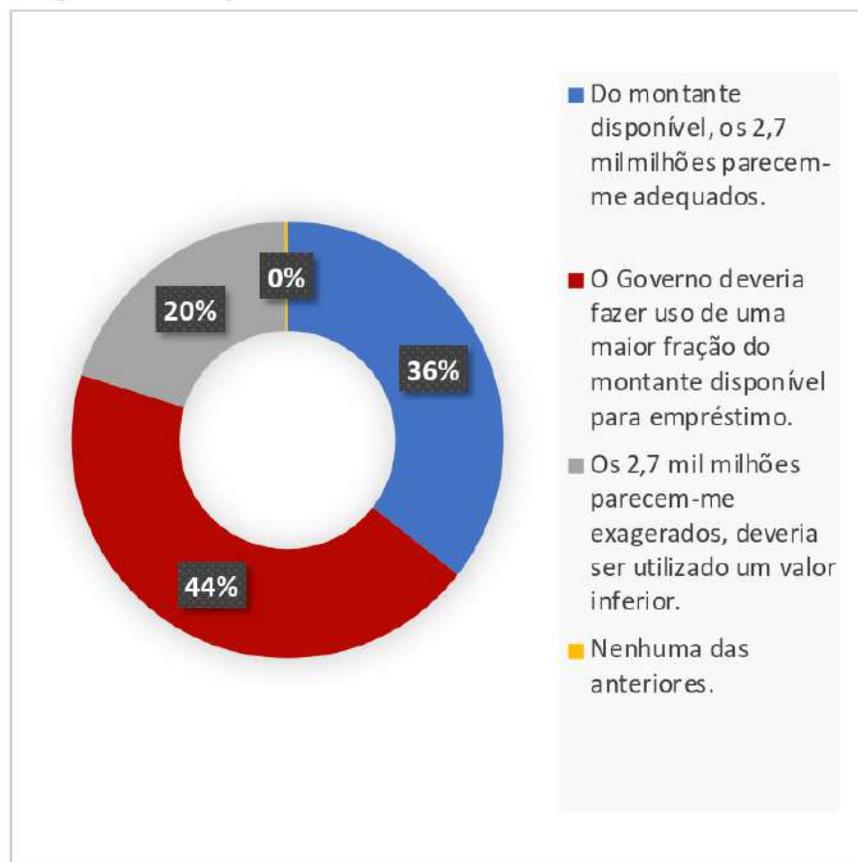


Em termos objetivos, para 14% dos membros a fração direcionada ao setor privado deveria ser igual ou inferior a 33%; para 19% entre 33% e 49%; para 53% entre 50% e 66%; e para os restantes 14% dos inquiridos a dotação para o setor privado deveria ser superior a 66%.

Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas



O PRR contempla 13,9 mil milhões de euros em subvenções aos quais se junta a opção de 14,2 mil milhões a título de empréstimo (contando para a dívida pública) dos quais o governo planeia utilizar cerca de 2,7 mil milhões. Na sua opinião:

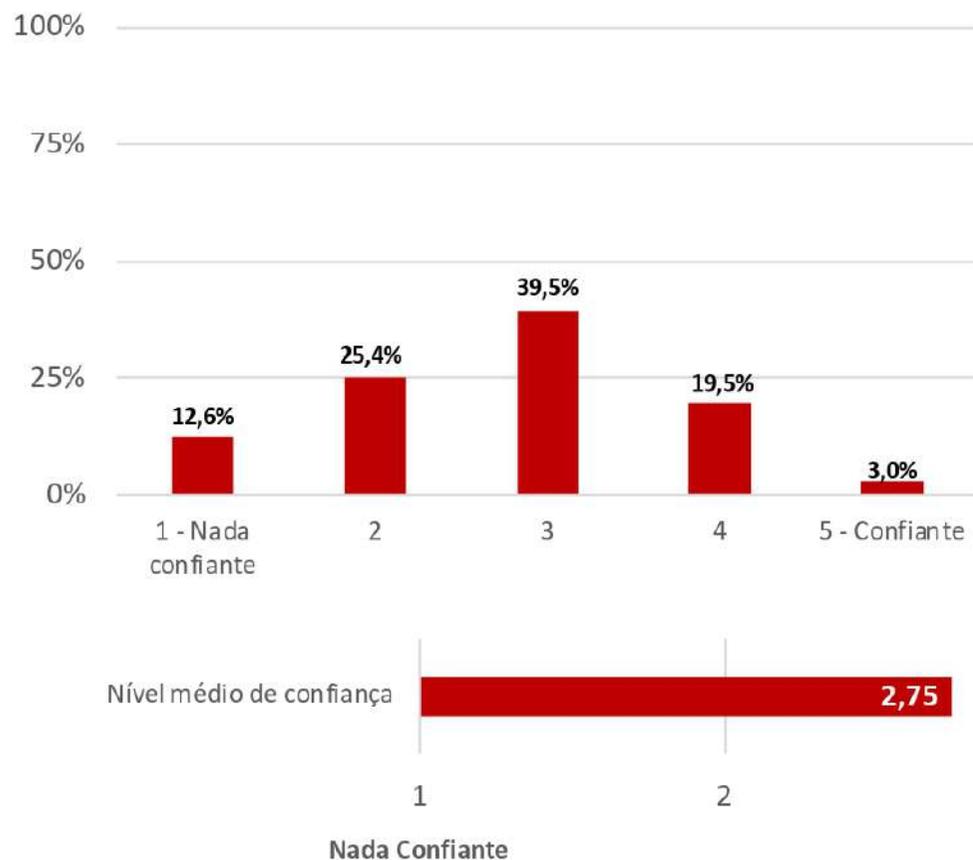


Relativamente aos 14,2 mil milhões de euros disponíveis a título de empréstimo, o governo planeia utilizar apenas 2,7 mil milhões, indo ao encontro da opinião de 36% dos membros que consideram este montante adequado. Uma vez que estes empréstimos serão contabilizados como dívida pública, 20% consideram que a utilização deveria ser inferior, porém atendendo à situação de emergência 44% defenderiam uma utilização superior.

Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas



Está confiante que o PRR seja um mecanismo eficaz e capaz de reverter os efeitos da Pandemia?



Em geral, os membros inquiridos neste barómetro demonstram uma certa incerteza quanto à eficácia do PRR em reverter os efeitos negativos da pandemia, com o nível geral de confiança a fixar-se nos 2,75 numa escala de 1 (nada confiante) a 5 (confiante).

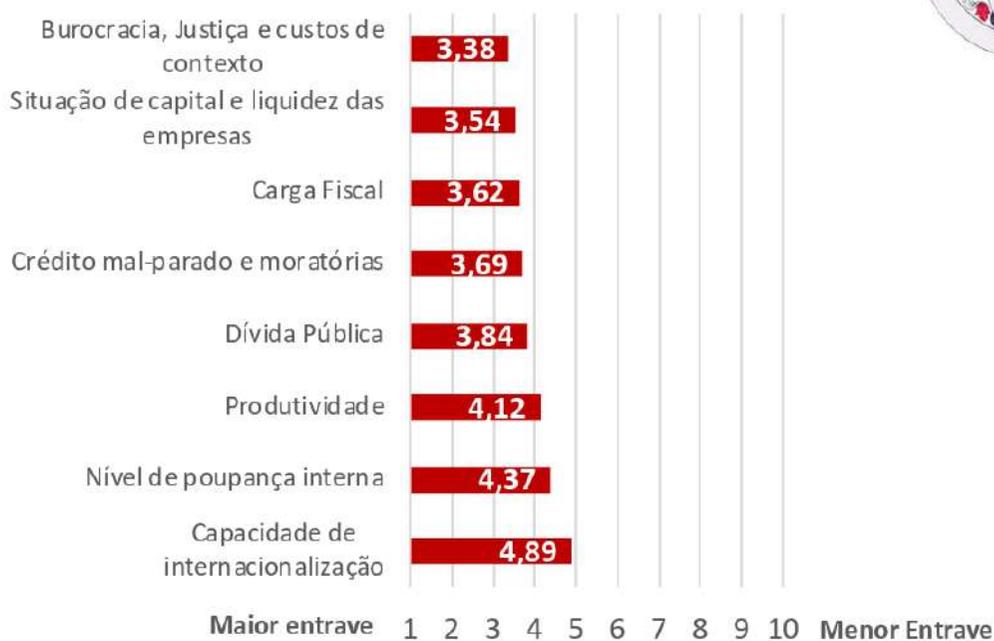
Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas



Em que áreas espera que o PRR tenha maior impacto?



Quais dos seguintes fatores poderão colocar maiores entraves ao crescimento?



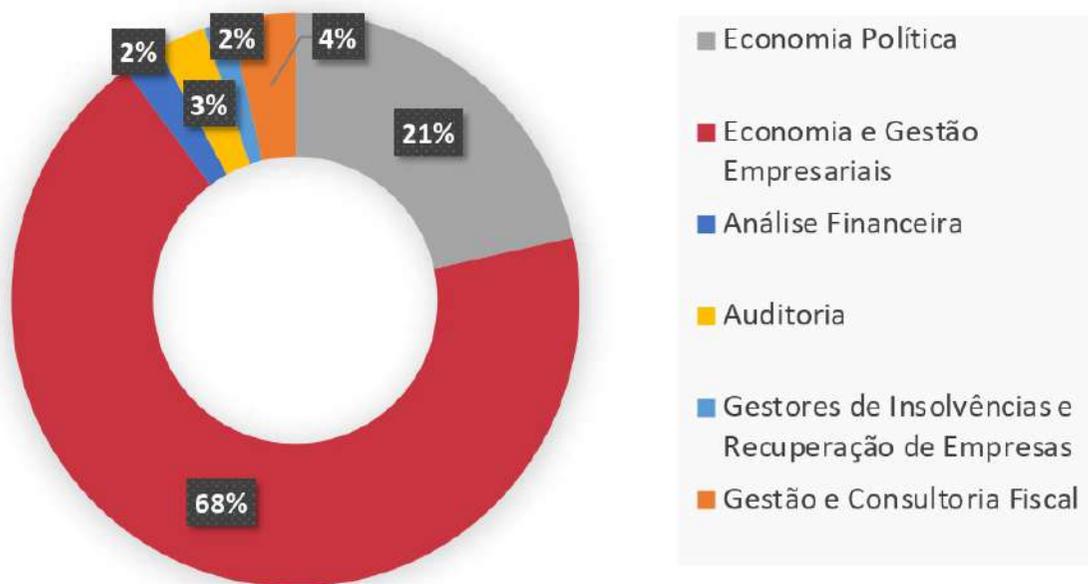
As três áreas onde é esperado o maior impacto do programa são, respetivamente, o Sistema Nacional de Saúde (59,4%), o Investimento e Inovação (56,4%) e a Transição Digital (44,5%).

Adicionalmente, foram apontados como principais entraves ao crescimento: - a burocracia, a justiça e os custos de contexto; - a situação de capital e liquidez das empresas; - a carga fiscal; - o crédito malparado e as moratórias – e a dívida pública.

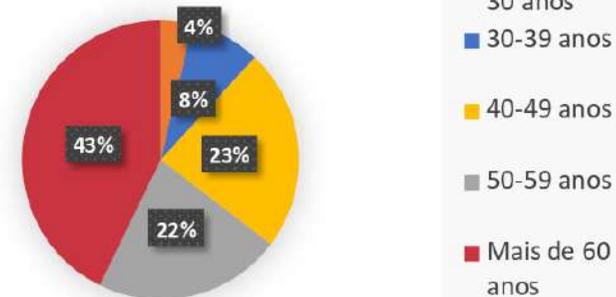
Dados Demográficos



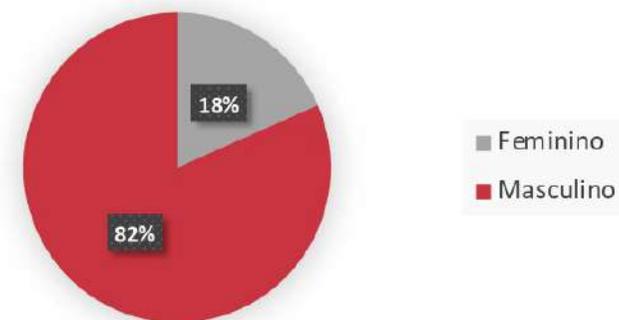
Colégio de Especialidade



Faixa Etária



Género



Barómetro de Fiscalidade / Ordem dos Economistas

Contactos

Ordem dos Economistas



www.ordemeconomistas.pt

geral@ordemeconomistas.pt

21 392 9470

Rua Ivone Silva, Edifício Arcis, N° 6,
5° andar,
1050-124 Lisboa